

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53.565 - MG
(2017/0058018-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : LINCOLN D'AQUINO FILOCRE E OUTRO(S) - MG055249
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narram os autos que o ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal do Juízo de Direito Titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Carangola/MG, consubstanciado na Portaria 02/2014 – que proibira a transferência e o recebimento, pela Direção do Presídio de Carangola, de custodiados de outras unidades prisionais, ainda que se tratasse de presos vinculados a processos daquela Comarca, cujas prisões antecedam 12/3/2014.

O Tribunal de origem denegou a segurança nos termos do acórdão assim ementado (fl. 310):

MANDANDO DE SEGURANÇA - PORTARIA QUE VEDA O INGRESSO DE DETENTOS NO PRESÍDIO DE CARANGOLA - SUSPENSÃO DO ATO QUE NÃO ALTERA A PROIBIÇÃO IMPOSTA AO PODER PÚBLICO - EXISTÊNCIA DE PORTARIA ANTERIOR COM SEMELHANTE VEDAÇÃO E CONFIRMADA POR ESTE TRIBUNAL - INTERESSE PROCESSUAL - UTILIDADE NÃO COMPROVADA - SEGURANÇA DENEGADA. A revogação do ato impugnado, ainda que em sua integralidade, não permite o ingresso de novos presos no Presídio de Carangola, uma vez que há outra Portaria que veda a pretensão do impetrante, impugnada e confirmada por este egrégio Tribunal no julgamento de anterior mandado de segurança Ausente a utilidade do provimento jurisdicional reclamado nesta ação mandamental, impõe-se o reconhecimento da falta de interesse processual, com a conseqüente denegação da ordem.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 325/331).

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta a parte recorrente que (fls. 344/345):

[...] somente a autoridade administrativa é detentora das informações globais necessárias ao desempenho de tal função, razão pela qual a remoção de internos, transferência e permuta de sentenciados constituem atribuições exclusivas da Superintendência de Organização Penitenciária (art. 171, inc. VII, Lei Estadual nº 11.404/1994)

Internar e desinternar detentos são prerrogativas da administração penitenciária estadual, segundo critérios de oportunidade e conveniência, constituindo, desse modo, aspecto reservado à apreciação subjetiva do Poder Público, razão pela qual, não obstante seja afeta ao Judiciário a irrestrita valoração da legalidade, não lhe compete substituir o administrador no exercício das funções que lhe são próprias.

Por extensão, não lhe compete determinar medidas que importem substituição do critério subjetivo do administrador pelo critério subjetivo que o juiz da execução, porventura, considere mais adequado, em especial no que diz respeito à administração dos presídios e cadeias, que demandam visão global de todo o sistema - são mais de 850 municípios - e não apenas o da comarca de origem.

Não compete ao Promotor de Justiça, ao Delegado de Polícia ou ao Juiz de Direito determinar, diante da carência crônica quais estabelecimentos terão internos superior à sua capacidade ou inadequadas e quais terão os transferidos.

em em de vagas, número condições seus presos Em ilustrativo precedente, a Segunda Turma do STF, no RHC nº 61.463/RJ, Min. Francisco Rezek, DJU 16.12.1983, reconheceu que transferência de presidiários se inscreve 13 "a no âmbito do poder discricionário da administração estadual", entendimento que também vem sendo prestigiado no âmbito do E. TJMG, a teor das decisões proferidas pelas E. Segunda Câmara Criminal (MS nº 1.0000.06.442.29-9/000, Des. Beatriz Caires, MG 03.03.2007; MS nº 1.0000.07.462321-6/000, 29.11.2007) é Terceira 1.0000.05.426.750-5/000, MG 15.02.2006; MS nº Des. Beatriz Caires, Câmara Criminal (MS nº Des. Paulo Cezar Dias, 1.0000.05.429.879-9/000, Des. Paulo Cezar Dias, MG 09.08.2006; MS 1.0000.06.444.715-4/000, 17.01.2007).

Tal internação acima ou em condições decorrente da adequado, mesmo estabelecimentos nº Des. Jane Silva, MG como nos precedentes, a da capacidade do estabelecimento impróprias constitui imperativo inexistência de outro local porque a quase totalidade dos penitenciários apresenta lotação no limite ou acima da capacidade.

A questão, aliás, nem mesmo é exclusiva do Estado de Minas Gerais: São Paulo, o Estado mais rico da federação possui

Superior Tribunal de Justiça

condições mais graves, como apontado de São Paulo, edição de 10 de janeiro cadeias em pela Folha de 2008: a Cadeia Pública da Comarca de Monte Mor abrigava 119 internas, possuindo 12 vagas.

Nesse contexto, o quadro descrito em todas as ações civis públicas e nos processos administrativos, como é o caso destes autos, apenas se agravará com a manutenção da decisão: a transferência e a abstenção pretendidas terão por consequência a colocação dos atuais e dos novos internos em cadeias e penitenciárias que apresentam' os mesmos problemas de segurança e insalubridade:

Nesse particular, a extraordinária ampliação de vagas não afasta o fato de que o ora requerente necessita desesperadamente de cada uma delas, mesmo porque o déficit existente vem sendo acentuado pelas interdições, liminares e tutelas antecipadas em desfavor do regular funcionamento de seu sistema penitenciário: basta, a propósito, registrar que a Penitenciária José Abranches Gonçalves, interditada, funciona desde 2001 graças à liminar da Primeira Turma do -STJ na MC nº 5.220/MG, Min. Teori Albino Zavascki, DJU 02.02.2004.

[...]

Com efeito, "o art. 3º da Lei nº 7.347/85, a ser aplicado contra a administração pública, há de ser interpretado como vinculado aos princípios constitucionais que regem a administração pública, especialmente o que outorga ao Poder Executivo o gozo de total liberdade e discricionariedade para eleger as obras prioritárias a serem realizadas, ditando a oportunidade e a conveniência desta ou daquela obra, não sendo dado ao Poder Judiciário obrigá-lo a dar prioridade a determinada tarefa do poder público" (STJ, Primeira Turma, AGA nº 138.901/GO, Min. José Delgado, DJU 21.06.1999; RESP nº 169.876/SP, Min. José Delgado, DJU 21.09.1998).

Por fim, mesmo se diverso o entendimento acerca das questões suscitadas, a relevância do tema desaconselha a prolação de decisões sem o devido processo legal e antes do pleno estabelecimento do contraditório: são, por óbvio, questões de alta indagação na exata medida em que envolvem a análise da possibilidade de controle judicial de políticas públicas e a imposição de obrigação de fazer ao Estado, não se justificando o deferimento do pedido em processo administrativo.

De fato, porque não construir mais penitenciárias, cadeias, albergues e, desse modo, tornar desnecessária qualquer iniciativa no sentido de solucionar o problema através de interdições e/ou ações civis públicas?

Por uma simples e elementar razão: não há recursos financeiros para tanto, especialmente no volume reclamado para a solução definitiva, sendo desnecessário, aliás, outro argumento que não a inequívoca incidência da "cláusula da reserva do possível",

Superior Tribunal de Justiça

prestigiada pela jurisprudência do STF e segundo a qual a efetivação do comando constitucional pressupõe não apenas a razoabilidade da pretensão, mas, notadamente e sobretudo, "a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas" (ADPF nº 45MC/DF, Min. Celso de Mello, Informativo STF nº 345).

Evidentemente, os interesses da Administração Pública são coincidentes com os objetivos perseguidos pelo Ministério Público, pela sociedade em geral e por todos aqueles que tem contato com a realidade carcerária, tanto assim que foram e estão sendo envidados todos os esforços possíveis para melhorar as condições dos estabelecimentos prisionais, com a reforma dos já existentes a construção de novos, dentro das limitações orçamentárias e da escassa disponibilidade de recursos para implementá-las.

Por fim, requer o provimento do recurso ordinário, de modo a reformar o acórdão recorrido e conceder-se a segurança.

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral da República DENISE VINCI TULIO, opinou pelo não conhecimento do recurso ordinário ou, alternativamente, pelo seu não provimento (fls. 374/379).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem firmou a compreensão no sentido de que o eventual acolhimento da pretensão aduzida na petição inicial não teria o condão de permitir o ingresso de novos detentos do Presídio de Carangola, uma vez que: (a) a Portaria 01/2013 também vedava o ingresso de novos custodiados no referido estabelecimento prisional; (b) não há nos autos prova pré-constituída de que referida portaria tenha sido revogada.

A propósito, confira-se o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido, *in verbis* (fls. 313/315):

[...]

O Estado de Minas Gerais impetrou o presente mandado de segurança para que haja a suspensão dos efeitos do artigo 2º da Portaria nº 02/2014, da comarca de Carangola, que dispõe:

"Fica expressamente proibida a transferência para Comarca de Carangola e o recebimento pela Direção do Presídio de custodiados de outras unidades prisionais para

Superior Tribunal de Justiça

o Presídio de Carangola, ainda que se tratem de presos vinculados a processos desta comarca, cujas prisões antecedam a data mencionada no artigo 1º desta Portaria" (ff. 22/23).

A finalidade da ação mandamental é permitir o ingresso de presos no Presídio de Carangola, segundo conveniência e oportunidade do Gestor do Sistema Prisional Mineiro.

Ocorre que, ainda que houvesse a revogação integral da Portaria nº 02/2014, a pretensão do impetrante não poderia ser acolhida.

No ano de 2013 foi editada a Portaria nº 01/2013, ficando "expressamente proibido o ingresso de qualquer outro custodiado na unidade prisional" (artigo 2º, f. 150 - destaquei).

Referida restrição administrativa foi impugnada pelo Estado de Minas Gerais através do Mandado de Segurança nº 1.000.13.034616-6/000, da relatoria do eminente Desembargador ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL, concluindo a Turma Julgadora, por maioria:

[...]

Conclui-se, pois, que há decisão colegiada deste egrégio Tribunal, "mantendo proibição de ingresso de qualquer outro custodiado" no Presídio de Carangola, com a devida vênia, revelando-se inútil a revogação do artigo 2º da Portaria nº 02/2014, para fins de ingressos de novos detentos no citado estabelecimento prisional.

Ademais, nos documentos que instruem a ação mandamental o Estado de Minas Gerais não apresentou prova capaz de demonstrar a revogação da Portaria nº 01/2013, que determinava a proibição de ingresso de novos presos no Presídio de Carangola, devendo prevalecer a determinação contida no supracitado ato secundário, mormente quando o mesmo foi confirmado por este egrégio Tribunal, visto que a Portaria nº 02/2014 ressaltou expressamente:

[...]

Em síntese, a inutilidade do provimento judicial reclamado impõe o reconhecimento da ausência de interesse processual (art.

267, VI, CPC), devendo a segurança ser denegada.

DENEGO A SEGURANÇA, nos termos do art. 6º, § 5º, da Lei nº 12.016/2009, combinado com artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Sucedendo que tal fundamento não foi especificamente impugnado nas razões do recurso ordinário, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF, por analogia.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECEBIMENTO DE REPRESENTAÇÃO E INSTAURAÇÃO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283/STF.

1. "A prevenção interna é relativa, devendo ser arguida até o início do julgamento do recurso, nos termos do art. 71, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de preclusão (EDcl no AgRg no Ag 1.314.825/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 03/03/2017).

2. O Órgão Especial do TJ/SC, ao apreciar o mandado de segurança impetrado por magistrado contra o recebimento de apresentação e instauração de reclamação disciplinar, denegou a ordem sob múltiplos fundamentos, a saber: (a) a autoridade coatora (Corregedor - TJ/SC) retificou o fundamento para a abertura da apuração de falta disciplinar e foi dado ao impetrante oportunidade de manifestação a respeito, mantendo-se o objeto da investigação - indevida incineração de autos; (b) afastada a ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e ao dever de imparcialidade, pois, segundo o acórdão, o procedimento diz respeito a investigação preliminar, cabendo ao representado apresentar informações quanto aos fatos, conforme preceitua o § 1º do art. 9º da Resolução 135/2011 do CNJ; (c) afastada a alegação de parcialidade do Corregedor porque não demonstrada a sua animosidade ou suspeitabilidade; (d) não foram descumpridos os §§ 1º e 2º do artigo 9º da Resolução 135/2011 do CNJ, pois oportunizadas as informações nos autos da Reclamação Disciplinar; (e) o indeferimento do arquivamento do procedimento investigatório está pautado por decisão fundamentada da autoridade;

(f) não houve violação do direito do impetrante com a reunião de dois processos administrativos para julgamento conjunto, pois "[...] não se tem qualquer evidência nos autos que aponte supressão de direito de defesa ou circunstância prejudicial ao exercício desse direito. Ao contrário, o incidente apontado como pendente no Conselho da Magistratura (Recurso Administrativo n. 2015.900048-8) já foi julgado e arquivado, circunstância que afasta qualquer alegação de nulidade por supressão da autoridade daquele Conselho".

3. O recurso ordinário, entretanto, não traz a impugnação específica aos fundamentos do julgado, razão pela qual deve ser mantida a incidência do óbice contido na Súmula 283/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 52.231/SC, Rel. Ministro BENEDITO

Superior Tribunal de Justiça

GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/10/2017)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

